



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria destinados à elaboração de quadros técnicos e execução de projetos com vistas na habilitação de São Geraldo ao ICMS Patrimônio Cultural.

1. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Faz-se necessária a contratação de empresa especializada em políticas de preservação do patrimônio cultural para o desenvolvimento de projetos e elaboração de quadros documentais técnicos necessários à habilitação e pontuação de São Geraldo no Programa ICMS Patrimônio Cultural, estabelecido em função da Lei N.º 18.030/2009, que promove a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS aos municípios de Minas Gerais e, através deste repasse, garante a preservação da memória e dos bens culturais do povo mineiro. Portanto, considerando que o município não possui em seus quadros regulares profissionais especializados para a realização de tais serviços, faz-se necessária a contratação. Além disso, o histórico recente demonstra que os valores recebidos em função do Programa ICMS Patrimônio Cultural são vantajosos, resultando o investimento necessário num excelente custo-benefício.

Descrição detalhada dos serviços referentes ao ICMS Patrimônio Cultural:

- Quadro I – GESTÃO / Conjunto Documental A – Política Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural e Outras Ações: desenvolvimento do quadro completo, incluindo ações e projetos necessários para a pontuação e elaboração do relatório final para envio ao Iepha/MG, sendo necessário o acompanhamento presencial às reuniões do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), orientação para redação das atas, elaboração de relatórios e cadastro de equipamentos/acervos culturais, efetivação dos cadastros de adesão às políticas estaduais.
- Acompanhamento à equipe do Setor Municipal de Patrimônio Cultural e assessoria na elaboração de, no mínimo, 5 (cinco) relatórios de vistoria em bens protegidos por inventário ou tombamento, incluindo revisão destes relatórios.
- Quadro I – GESTÃO / Conjunto Documental B – Investimentos e Despesas Financeiras em Bens Culturais Protegidos: orientação técnica para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural (FUMPAC) visando à máxima e correta utilização do ICMS Patrimônio Cultural repassado ao município no Ano Base de 2025, elaboração do Plano de Aplicação Anual do FUMPAC, elaboração do relatório final para envio ao Iepha/MG.
- Orientação técnica para as intervenções e aplicação de recursos do FUMPAC na restauração, manutenção e conservação de bens materiais protegidos (tombados e inventariados) e na salvaguarda de bens imateriais inventariados e registrados.
- Quadro II – PROTEÇÃO / Conjunto Documental A – Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural: levantamento em campo e elaboração dos documentos pertinentes ao quadro incluindo, no mínimo, 6 (seis) fichas de inventário conforme o cronograma vigente.
- Quadro III – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO / Conjunto Documental A – Laudos: levantamentos em campo e elaboração de 3 (três) laudos de estado de conservação, incluindo taxa de ART/RRT.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- Quadro III - SALVAGUARDA E PROMOÇÃO / Conjunto Documental B - Relatórios de Implementação das Ações e Execução do Plano de Salvaguarda dos Bens Protegidos por Registro na esfera municipal: levantamentos em campo, acompanhamentos e elaboração de 2 (dois) relatórios de registro.
- Quadro III – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO / Conjunto Documental C – Programas de Educação para o Patrimônio Cultural e Ações de Difusão: desenvolvimento de 2 (duas) ações com públicos preferencias e 2 (duas) ações com públicos escolares, elaboração de dois produtos de difusão para suporte às ações de educação para o patrimônio cultural (a serem custeados pelo FUMPAC), atualização do cronograma do Plano de Educação Patrimonial vigente e elaboração do relatório final para envio ao Iepha/MG.
- Elaboração do novo Plano de Educação Patrimonial com cronograma de ações para os quatro anos da atual gestão municipal e para o primeiro ano da gestão seguinte.
- A prestação de serviços de consultoria e assessoria e a execução de projetos com vistas na habilitação ao ICMS Patrimônio Cultural Exercício 2027 (Ano Base 2025) deverá submeter-se às necessidades da Divisão de Cultura e Turismo de São Geraldo no período referente e seguir as disposições da Deliberação Normativa do CONEP em vigor, assim como as Portarias do Iepha/MG que sejam publicadas para o período.
- Planejamento, estudo, análise, organização, acompanhamento e elaboração dos relatórios das atividades que compõem cada quadro documental para o Ano Base de referência do repasse do ICMS Patrimônio Cultural.
- Treinamento da equipe do Setor Municipal de Patrimônio Cultural com a realização de, no mínimo, 2 (dois) cursos com carga de até 6h (seis horas) aula.
- Assessoria presencial com, no mínimo, duas visitas mensais com duração de 6h (seis horas) cada para execução dos projetos e ações.
- Assessoria remota (telefone, e-mail, *WhatsApp*, redes sociais, plataforma de reuniões online, entre outros) conforme necessidade da equipe municipal responsável pelo Patrimônio Cultural.
- Entrega de 1 (uma) via digital e 1 (uma) via impressa de todos os quadros documentais elaborados até a data limite de 30 de dezembro de 2025.
- Inserção dos quadros documentais em versão digital no sistema FTP ou outro que venha a ser disponibilizado pelo Iepha/MG.

A partir da publicação da pontuação provisória obtida pelo município em referência ao Ano Base 2025, revisão das fichas de avaliação e elaboração dos recursos cabíveis à revisão dos pontos, caso necessário, dentro do prazo estabelecido pelo Iepha/MG

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Embora o município de São Geraldo ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PCA), a contratação encontra-se alinhada aos instrumentos municipais de planejamento, uma vez que se trata de um serviço de natureza continuada, tendo, assim, previsão orçamentária para sua realização.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria destinados à elaboração de quadros técnicos e execução de projetos com vistas à habilitação do município de São Geraldo ao ICMS Patrimônio Cultural, a contratada deverá atender aos seguintes requisitos: comprovar capacidade técnica por meio de atestados emitidos por entes públicos ou privados, que demonstrem



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



experiência prévia em projetos relacionados ao ICMS Patrimônio Cultural, preferencialmente com resultados positivos na habilitação de municípios no programa; dispor de equipe técnica qualificada, composta por, no mínimo, um profissional com formação superior em áreas correlatas ao patrimônio cultural, além de experiência comprovada na elaboração de inventários, dossiês de registro, ações de educação patrimonial e relatórios técnicos exigidos pelo programa. A empresa deverá apresentar toda a documentação jurídica e fiscal exigida, incluindo comprovação de regularidade junto à Receita Federal, estadual, municipal, bem como aos sistemas do FGTS e INSS. Será exigida, ainda, a apresentação de um plano de trabalho contendo metodologia, cronograma e etapas de execução, alinhado às diretrizes do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG). A empresa deverá declarar ciência e concordância com a legislação vigente, especialmente com a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (CEPC-MG), que regulamenta o ICMS Patrimônio Cultural.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A quantidade foi estimada com base em 12 (doze) meses, por se tratar de serviço contínuo, nos termos no art.6, inciso XV da lei federal 14133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Análise das Alternativas Possíveis

Para fundamentar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica com vistas à habilitação do município de São Geraldo no programa ICMS Patrimônio Cultural, realizou-se um levantamento de mercado com o objetivo de identificar empresas ou profissionais com experiência comprovada na área, bem como obter parâmetros de preços praticados para serviços similares. A pesquisa considerou referências em municípios que já participam do programa de incentivo do Governo de Minas Gerais, especialmente aqueles com porte e características semelhantes às de São Geraldo. Foram consultados portais de transparência, publicações de licitações, contratos administrativos e relatórios técnicos emitidos por prefeituras mineiras, o que possibilitou a identificação de empresas atuantes no setor e a análise das faixas de valores praticadas em processos licitatórios recentes. Observou-se que os serviços ofertados abrangem, em geral, a elaboração de inventários de proteção do patrimônio cultural, dossiês de registro, planos de ação, relatórios técnicos de acompanhamento e atividades de educação patrimonial, sendo comumente contratados em pacotes ou módulos anuais. Verificou-se também que os preços variam conforme o escopo, a complexidade dos bens culturais envolvidos, a qualificação da equipe técnica e a abrangência do plano de trabalho. Com base nesse levantamento, concluiu-se que há oferta suficiente no mercado para atendimento da demanda, com empresas capacitadas técnica e legalmente, o que viabiliza a realização de processo licitatório para a contratação dos serviços pretendidos, garantindo a competitividade e a legalidade necessárias à gestão pública.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Considerando a opção tida como a mais adequada, foi realizada pesquisa de mercado, conforme documentos constantes nos autos do processo, perfazendo um total de R\$ 23.040,00 (vinte e três mil e quarenta reais). A pesquisa de mercado foi realizada nos termos no art.23, IV da lei federal 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria destinados à elaboração de quadros técnicos e execução de projetos com vistas na habilitação de São Geraldo ao ICMS Patrimônio Cultural.	Serviço/Mensal	12	R\$1.920,00	R\$23.040,00
Valor total do lote: R\$23.040,00 (Vinte e Três mil e quarenta reais)					

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica com o objetivo de viabilizar a habilitação do município de São Geraldo no programa ICMS Patrimônio Cultural, promovido pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG). A empresa contratada será responsável pela elaboração de todos os instrumentos técnicos exigidos pela Deliberação Normativa vigente do Conselho Estadual de Patrimônio Cultural (CEPC-MG), tais como inventários de proteção do patrimônio cultural, dossiês de registro, relatórios técnicos de acompanhamento, planos de ação e demais documentos necessários à pontuação do município junto ao programa. Além disso, a solução contempla o desenvolvimento de ações de educação patrimonial e orientação técnica contínua à equipe local, visando consolidar políticas públicas voltadas à preservação e valorização do patrimônio cultural. Dessa forma, a contratação permitirá a organização técnica e institucional dos instrumentos de gestão do patrimônio, contribuindo para a preservação dos bens culturais materiais e imateriais de São Geraldo, ao mesmo tempo em que assegura o repasse de recursos provenientes do ICMS Cultural, promovendo ganhos financeiros e sociais ao município de forma sustentável e planejada.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO/OU NÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

É justificado pela necessidade de manter a integridade operacional do programa. Parcelar esses serviços poderia resultar em descoordenação, atrasos e incompatibilidades entre diferentes fornecedores, comprometendo a eficácia e eficiência do programa. A presente contratação deverá ocorrer em caráter **GLOBAL**, uma vez que se almeja a padronização, qualidade e integração dos serviços. A definição por esta modalidade partiu da concepção de que o projeto se encontra bem definido, com as especificações e quantidades precisas de serviços a serem entregues em prazo já determinado, havendo necessidade de cumprimento de cronograma de forma assertiva.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O resultado pretendido é a **habilitação do município** de São Geraldo ao **ICMS Patrimônio Cultural** referente ao Ano Base 2025, com recebimento dos repasses no Exercício de 2027, alcançando-se, em especial, a execução das políticas públicas que visam à preservação da memória e cultura locais associada ao



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



melhor aproveitamento e estruturação destes em atrativos turísticos para promover o desenvolvimento sustentável do território.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da Portaria Municipal nº 31/2023).

Não se vislumbram providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que os servidores designados para gestão e fiscalização da contratação possuem conhecimento do objeto e já passaram por capacitação no exercício de 2025 para acompanhamento da execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da Portaria Municipal nº 31/2023).

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da contratação em análise.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

No presente caso, trata-se da contratação de empresa especializada em consultoria e assessoria em ICMS patrimonial, cuja natureza consiste na prestação de serviços técnicos e intelectuais, sem a utilização intensiva de recursos naturais, sem consumo expressivo de energia e sem geração significativa de resíduos ou subprodutos. Portanto, entende-se que a atividade apresenta baixo potencial de impacto ambiental direto. Ainda assim, a Prefeitura reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, incentivando práticas que priorizem a redução de impressões ecológicas, como a adoção de meios digitais para comunicação e armazenamento de documentos, sempre que possível.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XIII da Portaria Municipal nº 31/2023)

Diante do exposto, observa-se que a contratação da solução pretendida, possui viabilidade técnica, operacional e orçamentária, assim como a adequação à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 25 de maio de 2025.

VAGNER APARECIDO PEREIRA

Gerente de Cultura e Turismo
Gestor do Contrato e responsável pela solicitação

TANUSA QUEIROZ COELHO

Membro da Divisão Municipal Cultura e Turismo
Fiscal do contrato e responsável pela solicitação